



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 18/XIV/1.ª SL

Aos 11 dias do mês de março de 2020, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 5 do Palácio de São Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Apreciação e votação da ata n.º 17, de 4 de março;**
- 2. Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação da submissão a apreciação pública ou de eventuais consultas a realizar;**
- 3. Apreciação e votação do relatório sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2020 - Uma União mais ambiciosa (COM(2020)37) - a remeter à CAE até sexta-feira, 13 de março de 2020;
Deputada Relatora: Catarina Marcelino (PS)**
- 4. Discussão e votação na especialidade dos Projetos de Resolução n.º 191/XIV/1.ª (BE) - «Recomenda ao Governo a imposição de normas anti abuso nos concursos públicos promovidos para contratação de empresas de segurança, limpeza e outros serviços, garantindo o cumprimento da legislação laboral e do regime jurídico da transmissão de estabelecimento» e 252/XIV/1.ª (PCP) - «Recomenda ao Governo que trave os atropelos laborais no sector da vigilância e limpeza», já discutidos e aprovados na generalidade na reunião plenária de 28 de fevereiro de 2020;**
- 5. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 609/XIII/4.ª, da iniciativa de Ana Raquel Oliveira Lima e outros (4110 assinaturas) - «Solicitam a regulamentação da Profissão de Intérprete de Língua Gestual Portuguesa»;
Deputada relatora: Maria Germana Rocha (PSD);**
- 6. Outros assuntos.**

O Senhor Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), Deputado Pedro Roque (PSD), deu início aos trabalhos, dando conta do adiamento, por indisponibilidade das entidades, da audição da Autoridade das Condições do Trabalho (ACT) e da audiência com a Ordem dos Psicólogos, ambas inicialmente previstas para este dia, e começando por abordar o agendamento da Sessão Pública de avaliação intercalar da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023 (ENIPSSA 2017-2023), dando conta da adesão mínima registada até aquela data, o que justificava o adiamento desta iniciativa para data a acertar previamente com o Governo.

Deste modo, esta alteração permitiria a participação da Comissão na reunião conjunta com uma delegação do Parlamento Regional da Alta Áustria, que salvo indicação em



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 18/XIV/1.^a SL

contrário se mantinha agendada para a tarde de terça-feira, 17 de março, podendo ainda concretizar-se na manhã desse mesmo dia um grupo de audições, em conjunto com a Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação (CEIOPH), que resultavam de um requerimento do Grupo Parlamentar (GP) do BE sobre a situação do porto de Lisboa, em especial a Yilport Holding Inc., o Sindicato dos Estivadores e da Atividade Logística (SEAL) e a Administração do Porto de Lisboa (APL), sem prejuízo das disponibilidades ventiladas pela Senhora Inspetora-Geral do Trabalho para a realização da audição inicialmente calendarizada para aquele dia.

Foi concedida a palavra ao Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), que na qualidade de proponente manifestou a sua concordância quanto ao adiamento da Sessão Pública de avaliação da ENIPSSA 2017-2023, sugerindo que se procurasse apontar desde já um intervalo de tempo para a sua realização. Por outro lado, deu nota que as entidades a auditar no âmbito do mencionado requerimento já haviam sido convidados pela 6.^a Comissão para comparecerem no Parlamento na manhã de terça-feira, 17 de março. Perante esta comunicação, o Senhor Presidente garantiu que seria contactada a CEIOPH, tendo em vista o agendamento conjunto dessas audições, ou no período da manhã, ou no período da tarde de terça-feira, 17 de março.

Posto isto, entrou-se então na apreciação da Ordem do Dia, que se desenrolou nos seguintes termos:

1. Apreciação e votação da ata n.º 17, de 4 de março;

A ata em questão foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do GP do PAN.

2. Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação da submissão a apreciação pública ou de eventuais consultas a realizar;

O GP do BE, a quem caberia relatar o Projeto de Lei n.º 224/XIV/1.^a (PEV) - «Altera o Decreto-Lei n.º 12-A/2020, de 6 de Abril, que estabelece medidas excepcionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19», anunciou que já apresentara uma iniciativa sobre a mesma matéria, mas que ainda não baixara à Comissão, pelo



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 18/XIV/1.ª SL

que a elaboração do parecer de todos os projetos de lei sobre esta temática foi atribuída ao GP do PSD.

O Projeto de Lei n.º 234/XIV/1.ª (CDS-PP) - «Criação do Grupo de Trabalho para a Regulamentação Legal das Profissões de Desgaste Rápido e criação da respetiva tabela» foi distribuído ao Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE).

A este propósito, o Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) requereu a submissão a apreciação pública, por um período de 20 (vinte) dias, do Projeto de Lei n.º 224/XIV/1.ª (PEV), bem como das demais iniciativas conexas, alertando que o seu Grupo Parlamentar também havia dado entrada de um projeto de lei sobre o assunto, e cuja discussão na generalidade se encontrava já agendada para a reunião plenária de sexta-feira, 3 de abril, o que fundamentava a redução do habitual prazo de 30 (trinta) dias de discussão pública. Este requerimento oral mereceu a concordância de todos os presentes.

**3. Apreciação e votação do relatório sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2020 - Uma União mais ambiciosa (COM(2020)37) - a remeter à CAE até sexta-feira, 13 de março de 2020;
Deputada Relatora: Catarina Marcelino (PS)**

A Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS) apresentou de forma sucinta o relatório em epígrafe, dando conta das seis grandes prioridades definidas pela Comissão Europeia para o ano em curso, com particular destaque, tendo em conta o escopo da CTSS, para a terceira – «Uma economia ao serviço das pessoas», quinta - «Promoção do modo de vida europeu» e sexta prioridade - «Um novo impulso para a democracia europeia». Deste modo, a Senhora Relatora concluiu pelo envio do relatório à Comissão de Assuntos Europeus, sublinhando ainda que, como se tratava de uma comunicação, não se verificava a necessidade de análise do respeito pelos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade.

Submetido a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, com os agradecimentos do Senhor Presidente pelo trabalho efetuado.

4. Discussão e votação na especialidade dos Projetos de Resolução n.º 191/XIV/1.ª (BE) - «Recomenda ao Governo a imposição de normas anti abuso nos concursos públicos promovidos para contratação de empresas de segurança, limpeza e outros serviços,



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 18/XIV/1.ª SL

garantindo o cumprimento da legislação laboral e do regime jurídico da transmissão de estabelecimento» e 252/XIV/1.ª (PCP) - «Recomenda ao Governo que trave os atropelos laborais no sector da vigilância e limpeza», já discutidos e aprovados na generalidade na reunião plenária de 28 de fevereiro de 2020;

O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) recordou que havia sido apresentada e distribuída por todos os Grupos Parlamentares uma proposta de substituição subscrita por ambos os proponentes, sob a forma de texto final, que consistia precisamente na fusão das duas iniciativas, procurando assim dar resposta à metodologia fixada a este respeito em sede de Conferência de Líderes.

Os GP do PSD e do CDS-PP solicitaram então a votação desagregada dos pontos deste texto de substituição, tendo ainda o Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) sugerido uma melhoria de redação do primeiro ponto, de forma a evitar a repetição da expressão «todos» ao longo da frase, o que mereceu a concordância dos proponentes, fixando-se a seguinte redação: «Utilize todos os mecanismos disponíveis para garantir que os trabalhadores do sector da vigilância e limpeza que estejam em processo de transmissão de estabelecimento têm os seus direitos salvaguardados na assinatura dos contratos».

Nestes termos, os pontos do texto de substituição mereceram as seguintes votações, tendo ainda o Senhor Presidente comunicado que o texto final seria remetido para votação final global na reunião plenária de sexta-feira, 13 de março:

- **Pontos 1, 2, 4 e 5** – aprovados com os votos a favor do PSD, do BE, do PCP, do CDS-PP e do PAN e a abstenção do PS;

- **Ponto 3** – aprovado com os votos a favor do BE, do PCP, do CDS-PP e do PAN e a abstenção do PS e do PSD;

- **Ponto 6** – rejeitado com os votos contra do PS, do PSD e do CDS-PP e os votos a favor do BE, do PCP e do PAN.

5. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 609/XIII/4.ª, da iniciativa de Ana Raquel Oliveira Lima e outros (4110 assinaturas) - «Solicitam a regulamentação da Profissão de Intérprete de Língua Gestual Portuguesa»;
Deputada relatora: Maria Germana Rocha (PSD);



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 18/XIV/1.^a SL

A Senhora Deputada Maria Germana Rocha (PSD) começou por destacar o objeto e o número de subscritores da petição, bem como a realização da audição de peticionários e demais diligências efetuadas. Eximindo-se de se pronunciar sobre a pretensão formulada, nos termos regimentais aplicáveis, a Senhora Relatora concluiu pela remessa da petição ao Senhor Presidente da Assembleia da República, para ulterior agendamento em Plenário.

Depois de o Senhor Presidente ter agradecido o trabalho efetuado, foi o relatório submetido a votação, sendo aprovado por unanimidade.

6. Outros assuntos.

No derradeiro ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente deu conta que tinha recebido em audiência na semana anterior a Senhora Embaixadora da Roménia em Portugal, aceitando o gentil convite endereçado no sentido de receber na Assembleia da República a Comissão homóloga da CTSS no Parlamento da Roménia, tendo sido agendada indicativamente essa audiência para terça-feira, 31 de março, visto a manhã de quarta-feira, 1 de abril, estar reservada à audição regimental da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, sem prejuízo da evolução da contingência sanitária em vigor.

Por outro lado, o Senhor Presidente informou ainda que, já depois da consolidação da Ordem do Dia desta reunião, a Comissão de Orçamento e Finanças (COF) solicitara o envio de relatório sobre a Conta Geral do Estado (CGE) de 2018 até 31 de março, ficando o GP do PS, a quem cabia a designação de relator, de proceder a essa indicação em momento posterior.

De seguida, o Senhor Presidente aludiu a um requerimento apresentado pelo GP do PSD e que visava a audição da Senhora Inspetora-Geral do Trabalho, e que entrara igualmente já depois do prazo-limite fixado para esta reunião. No uso da palavra, o Senhor Deputado Pedro Rodrigues (PSD) explicou que se pretendia ouvir a Senhora Inspetora-Geral sobre um conjunto de relatórios que não tinham sido publicados nos últimos anos, o que colocava em causa a capacidade de fiscalização do Governo pelo



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 18/XIV/1.^a SL

Parlamento, em especial num momento em que os conflitos laborais se agravavam e o desemprego começava a subir. Posto isto, aceitou a sugestão de aproveitar a vinda da Senhora Inspetora-Geral, na sequência de requerimento do GP do BE, para realizar ambas audições, desde que devidamente autonomizadas e com uma grelha de tempos própria para cada uma.

Interveio ainda sobre esta matéria a Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS), declarando nada ter a opor quer ao requerimento quer à realização das duas audições da Senhora Inspetora-Geral no mesmo dia.

Submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, tendo o Senhor Presidente sugerido que estas audições se pudessem realizar na terça-feira, 31 de março, atenta a disponibilidade manifestada pela Senhora Inspetora-Geral.

Na senda da já comentada reunião, conjunta ou em separado, com uma delegação do Parlamento Regional da Alta Áustria, o Senhor Presidente esclareceu que tinha acabado de receber a confirmação do pedido de adiamento da audiência, em consequência das medidas a adotar com vista à contenção da expansão da doença COVID-19, pelo que esta marcação ficaria por ora sem efeito.

Ainda em relação às audições decorrentes do requerimento do GP do BE sobre o setor da vigilância privada, foi decidido que a COPS – Companhia Operacional de Segurança, poderia ser ouvida na quarta-feira, 25 de março, no período da manhã, já que a empresa revelara a sua disponibilidade para se deslocar à Assembleia da República nessa data.

Por último, o GP do PSD aludiu a um requerimento que formulara e que solicitava a audição da Senhora Provedora de Justiça, em função de atrasos no processamento e pagamento de pensões de reforma. Tendo-se constatado que o requerimento não era do conhecimento de todos os Grupos Parlamentares, foi decidido incluir este requerimento na Ordem do Dia da reunião ordinária seguinte da 10.^a Comissão.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 18/XIV/1.^a SL

Palácio de São Bento, 8 de maio de 2020.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

Pedro Roque





COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 18/XIV/1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Barros
Clara Marques Mendes
Cristina Sousa
Diana Ferreira
Eduardo Barroco de Melo
Emília Cerqueira
Helga Correia
Inês de Sousa Real
João Paulo Pedrosa
João Pinho de Almeida
José Moura Soeiro
Lina Lopes
Luís Soares
Marina Gonçalves
Marta Freitas
Nuno Sá
Ofélia Ramos
Pedro Rodrigues
Pedro Roque
Carla Madureira
Cristina Moreira
Firmino Marques
Mara Coelho
Maria Germana Rocha
Maria Joaquina Matos
Olga Silvestre
Rita Borges Madeira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando José
Tiago Barbosa Ribeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Catarina Marcelino
Isabel Pires